

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 2

Aos cinco dias do mês de setembro do ano dois mil e catorze, pelas dezassete horas, reuniu-se, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça 5 de Outubro em Cascais, o conselho municipal de educação, presidido, nos termos do número um, alínea a), do artigo 5º, do decreto-lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, pelo Sr. Presidente da Câmara de Cascais, Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
2. Apreciação do Plano de Ação Social Escolar e elaboração do respetivo parecer;
3. Informações sobre a abertura do ano letivo 2014-15.

Ponto 1. O Sr. Presidente da Câmara cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos solicitando a dispensa da leitura da ata caso todos os conselheiros a tivessem recebido com antecedência e tivessem tido oportunidade de a ter lido. Obtida a concordância do conselho passou-se á votação da ata que foi aprovada por maioria com três abstenções de conselheiros que não estiveram presentes na reunião de 19 de junho.

Ponto 2. O Sr. Presidente da Câmara passou a palavra ao conselheiro João Bento Vitorino para proceder à apresentação do Plano de Ação Social e Transporte Escolar.

O Dr. João Bento Vitorino começou por referir que, dado que todos os conselheiros receberam o plano com antecedência, passaria a realçar apenas dois ou três aspetos, esclarecendo que o plano tem a designação de Plano de Ação Social e Transporte Escolar porque, de acordo com a legislação, o transporte escolar é tratado autonomamente. Ainda assim, continuou, entendeu-se elaborar um documento único que enquadrasse todos os processos e procedimentos relativos aos apoios, e respetivos enquadramentos legais, que significam quase três páginas de decretos, despachos e portarias. O documento enquadra as três áreas da Ação Social Escolar: refeições escolares; auxílios económicos e atividades de animação e apoio à família que constituem, basicamente, as três áreas de competências municipais relativas ao pré-escolar e ao primeiro ciclo e compreendem o fornecimento de refeições para os alunos do pré-escolar e do 1º ciclo, os auxílios económicos que incluem a aquisição de livros, material escolar e a participação em atividades de complemento curricular

como as visitas de estudo e atividades de prolongamento do horário escolar, as AAAF, atividades de animação e apoio à família, que substituíram as CASE, Componente de Animação Socioeducativa. A Câmara Municipal de Cascais, como se pode verificar, vai, em algumas matérias, para além daquilo que são os imperativos legais. No que respeita às refeições escolares, para além do que está definido na lei, a Câmara Municipal de Cascais comparticipa as refeições durante as interrupções letivas, com exceção de agosto, para os alunos inscritos nas Atividades de Animação e Apoio à Família, pré-escolar, e na Componente de Apoio à Família, 1º ciclo do ensino básico. Sendo que, durante as interrupções letivas, não existe comparticipação do ministério da educação, apenas da Câmara Municipal e das famílias de acordo com os escalões da segurança social: crianças do escalão A têm refeição gratuita; crianças do escalão B pagam 50% do valor definido pelo ministério da educação e crianças do escalão C pagam o valor definido pelo ministério da educação, 1,46€. No âmbito dos transportes escolares onde a lei, apesar da extensão do ensino obrigatório até ao 12º ano, abrange apenas os alunos até ao 9º ano de escolaridade, a Câmara Municipal de Cascais, vai para além da obrigação legal, na medida em que garante o transporte, não apenas aos alunos que residam a 4 ou mais quilómetros da escola, mas também a todos os que, independentemente da distância, comprovadamente, residam em locais com acessos perigosos. A garantia de transporte processa-se através do pagamento do passe mensal aos alunos. A este propósito, o Dr. João Bento Vitorino, recordou que o Sr. Presidente da Câmara, no anterior Conselho Municipal de Educação, tinha solicitado aos serviços a apresentação de um modelo alternativo à atual disponibilização dos passes escolares. Nesse sentido os serviços têm vindo a fazer várias diligências e contatos com operadores de transportes que possam vir a assumir essa alternativa não tendo ainda sido possível encontrar uma solução pelo que assumimos a responsabilidade pela não inclusão de uma proposta neste plano. Ainda assim, continuou, esperamos conseguir ultrapassar o problema que se tem apresentado mais complexo do que esperávamos nomeadamente pela reação dos operadores contactados que revelaram recear que a atual concessionária rodoviária de Cascais os pudesse vir a processar. Outra alternativa, naturalmente, seria montar um sistema de transporte a nível de viaturas municipais o que implicaria um estudo e afetação de recursos que requer um maior tempo de preparação. De qualquer modo, logo na introdução a este plano, assumimos o compromisso, para o próximo ano, de procurar novas soluções para o transporte escolar. Sendo esta, também, uma forma de o próprio Departamento de Educação da Câmara se justificar perante o Sr. Presidente por não ter conseguido cumprir, em tempo, as suas instruções. Não foi, reforçou, no entanto, por falta de esforço ou vontade, nomeadamente, temos vindo a estudar o caso de Lisboa, que tem um sistema de transporte próprio, porém com características e complexidade que não seria possível, em tão pouco tempo, adotar. A terminar, o Dr. João Bento Vitorino, esclareceu ainda a correspondência entre os quatro escalões de

rendimentos de referência do agregado familiar e os 3 escalões de ação social escolar, escalão A, escalão B e escalão C, conforme o anexo I do Plano de Ação Social e Transporte Escolar.

O Sr. Presidente da Câmara deu início a um período de debate passando a palavra ao conselheiro José Batalha.

O conselheiro José Batalha levantou a questão do funcionamento do sistema de gestão de refeições, nomeadamente nas situações de ausência dos professores e alunos, situações em que se corre o risco de existência de desperdício alimentar.

O conselheiro João Bento Vitorino esclareceu que as situações de encerramento das escolas por falta dos professores, ou mesmo situações de greve, podem de facto originar alguns transtornos na gestão da comida já feita ou em preparação. No entanto o problema era maior na situação, que existia até há pouco tempo, de confeção diferida, em que a refeição chegava três dias antes, atualmente é feita no local ou é transportada. Ainda assim, perante situações particulares a Câmara tem suportado essas refeições, apesar do desconforto por se tratar de refeições não consumidas. Outra situação, continuou, é o dia-a-dia, neste caso, o que está definido, sendo que este ano todo o processo vai ser gerido pelo sistema de gestão de refeições em todos os refeitórios escolares, é que as escolas têm que comunicar até às 9.30h quem está e quem não está presente. Porque, e essa é a diferença entre os refeitórios escolares do 1º ciclo e do 2º e 3º ciclo, enquanto, nestes últimos, fazem-se as marcações em função das refeições que existem, no 1º ciclo, até por razões sociais, partimos do princípio que todas as crianças almoçam, exceto aquelas que se sabe no início do ano, porque os pais comunicam, que nunca irão almoçar no refeitório da escola. Se, por alguma razão, alguma criança, depois das 9.30h se for embora os pais terão de assumir o encargo dessa refeição, naturalmente, se depois das 9.30h um pai traz à escola uma criança que não estava prevista, enfim, aí, se calhar o “filete” terá de se dividir por todos. Embora, o que nós dizemos aos pais é que não podemos garantir a refeição se o pai não comunica que a criança vai chegar só às 11h porque, entretanto, teve de ir ao médico e se esqueceu de avisar. Reconheço, no entanto, que existem sempre situações onde se torna difícil evitar o desperdício alimentar. Penso, ainda assim, que não será tão grande como nas escolas do 2º, 3º ciclo e secundário porque aí as crianças, tendo maior autonomia para sair da escola, marcam e muitas vezes não irão. No entanto, o Dr. José Loureiro, com a sua experiência, poderá, melhor, falar sobre isso.

Pedi a palavra o conselheiro José Loureiro referindo que, sobre a matéria, não tem muito mais a acrescentar, no entanto, as escolas debatem-se sempre com o problema de quem marca e não vai consumir a refeição. Essa situação tem vindo a melhorar

gradualmente, mas acontece porque, independentemente do escalão dos alunos, marcam as refeições e, sobretudo os mais velhos, na medida em que podem, em algumas situações, ausentar-se da escola, saírem sem consumir a refeição. Nessas circunstâncias, chamamos o encarregado de educação e tomamos as medidas adequadas, acontece, por vezes, os familiares não se darem conta que os filhos não vão almoçar e até nos agradecerem muito a chamada de atenção.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para partilhar, em sede de Conselho Municipal de Educação, alguns assuntos que fazem antever um ano exigente em termos do trabalho do próprio Conselho, considerando que estamos a viver, todos nós, tempos excecionais que exigem respostas excecionais e exigem que as pessoas também sejam excecionais para encontrar essas respostas. Felizmente no concelho, continuou, nós temos, não só os problemas, mas também temos, acima de tudo, pessoas excecionais que vêm de variadíssimas áreas e também, na área da educação, têm dado um contributo verdadeiramente importante. Um dos assuntos que pretendemos trazer cá, no decorrer do ano, prende-se com as negociações que começámos, com o Ministério da Educação sobre a possibilidade de haver um conjunto de transferências de competências para o município. Nesse sentido, a Câmara contratou uma equipa da Universidade Católica do Porto, dirigida pelo Professor Joaquim Azevedo, que realizou um estudo exaustivo que nós apresentámos ao Ministério da Educação. Na sequência, o ministério apresentou-nos uma proposta, enviada apenas em junho, para iniciar, no novo modelo, já em setembro, que na minha opinião não tem em conta o estudo apresentado e me pareceu, continuou, de algum modo precipitada. No Concelho, reforçou, temos capacidade, disponibilidade e interesse em evoluir por caminhos novos, no entanto, devemos ter também o cuidado suficiente para não ficarmos com as “dores” dos outros sem termos um “medicamento” adequado e portanto criar aqui expectativas que não podemos cumprir. Posto isto, optámos por recusar a proposta do ministério, tanto pela inviabilidade dos prazos apresentados, como pelas dúvidas que nos levantou. No entanto, é certo que nós vamos iniciar este ano a discutir e trabalhar essa proposta e avaliar até que ponto é que temos, de facto, condições, porque esse é também o nosso interesse, de criar aqui outro tipo de organização, de maior proximidade, e portanto de maior qualidade, para acompanhar e gerir a área da educação. Neste âmbito, existem um conjunto de matérias, algumas até, indiretamente relacionadas, que, a seu tempo, teremos de vir a abordar aqui. Isto porque, e esse será sempre o meu ponto de partida, qualquer compromisso que o município venha a estabelecer terá de assentar num consenso muito alargado tanto com a comunidade envolvida, como politicamente, porque nestas matérias, que para além do mais são estruturais, não podemos andar aos ziguezagues consoante, às vezes até, a própria figura, nem é necessário existir uma alteração partidária, por vezes basta a mudança de um ministro

ou de um vereador para mudar a política, o que não pode acontecer. Portanto, a nossa ação terá sempre por base um consenso muito alargado dentro da própria comunidade envolvida e, obviamente também, dentro do ambiente político. Outra das questões sobre a qual teremos de conversar, e que se relaciona com tudo isto, é a natalidade que hoje não está na agenda política, ou muito dificilmente entra na agenda política. Trata-se de um fenómeno complexo que tendemos a descurar no dia-a-dia mas com um potencial impacto no nosso futuro e na definição das políticas para estas áreas. Eu, por via de outras responsabilidades, tenho acompanhado a evolução da natalidade que terá um impacto brutal em termos da sociedade portuguesa, da sociedade ocidental em geral mas, muito especialmente, da sociedade portuguesa, o que nos obrigará a reequacionar também um conjunto de outras circunstâncias. Uma delas prende-se com as negociações que estão neste momento a decorrer relativas à mobilidade, o que não é desconhecido, que a Câmara se tem oposto à atitude, à forma de ser e de estar do operador rodoviário que está concessionado no concelho. Mas estas concessões não dependem das câmaras pelo que não podemos fazer nada. No entanto, ao longo deste ano letivo, conforme espero, serão colocadas a concurso novas possibilidades de concessão e antes disso serão dadas às câmaras capacidades de intervenção nas concessões que irão ser feitas. Nesse sentido pensamos que há aqui uma oportunidade para reequacionar o transporte escolar dentro de valores comportáveis pelo município estando também atentos, e a acompanhar junto da Secretaria de Estado dos Transportes, aos desenvolvimentos relativos à linha de comboios, para a qual garantimos a sobrevivência, visto que dadas as suas características particulares não teve investimento ao longo de anos, conseguindo 160 milhões de euros do quadro comunitário de apoio. Este financiamento é absolutamente fundamental para a sobrevivência da linha que para nós é estratégica e, ao contrário do que alguns dizem, com demagogia, não é apenas para Cascais, é também para Oeiras e Lisboa, para além de que poderão ficar ainda mais 40 milhões para material circulante porque aí já terá de ser o concessionário a ter que fazer esse investimento e abre-se a possibilidade, sem querer criar falsas expectativas dado que estamos ainda numa fase muito embrionária, de a linha, mantendo a configuração que tem, poder estabelecer ramais a partir dessa mesma configuração o que leva, nomeadamente para o interior do Concelho uma oportunidade que hoje de facto não existe e só se suporta em transporte rodoviário portanto penso que esta componente do transporte escolar terá que fazer o acompanhamento destas duas componentes, da concessão do rodoviário e de qual é que será a solução final do ferroviário. Até porque temos a suportar-nos o estudo, desenvolvido por uma equipa muito boa do Instituto Superior Técnico, de tráfego de âmbito Concelhio - ETAC, e sabemos bem o que temos e o que precisamos de vir a ter e isso poderá criar algumas oportunidades para o transporte escolar inserido numa componente mais vasta que é a da mobilidade dentro do próprio concelho. Nós seremos cada vez mais livres de tomar opções quanto

maior mobilidade também tivermos. Não é que a mobilidade seja má, de uma forma global, mas, está aqui a senhora presidente da junta de freguesia de São Domingos de Rana, que é a minha freguesia de origem, que estará habituada a ouvir falar da freguesia como o interior, o que é uma ofensa para alguém que seja da Guarda ou de Castelo Branco dada a sua proximidade ao litoral, no entanto, na realidade concelhia é, de facto, o interior embora, no âmbito geral, não exista razão nenhuma para que a qualidade de vida que hoje podemos oferecer em muitas regiões do concelho não possa ser alargada de uma forma global a todo o concelho. A questão da mobilidade é uma componente obviamente fundamental na qualidade de vida da nossa população. Por outro lado, vamos dar início ao estudo da carta educativa que é, também, absolutamente fundamental, só ainda não iniciou por constrangimentos legais e administrativos que eu espero desbloquear a partir de setembro, para se poder avançar. A carta educativa vai-nos dar, obviamente, todas as informações que são necessárias, atualizando a informação da carta que temos, que já é de 2003, o que, conjugando, como há pouco vos falei, com a natalidade, nos permitirá uma atuação mais informada sobre a noção já existente de que há uma má alocação de recursos, ou seja, há locais onde faltam instalações há locais onde existem instalações mas a qualidade do que está lá dentro não responde há procura que entretanto foi criada e há locais em que essas instalações não têm procura e portanto terá de se proceder a algum reajustamento. Sabemos que do ponto de vista, até político, não será nada fácil mas é absolutamente necessário avançar. Eu tenho vindo a dizer, meio a sério, meio a brincar, para atenuar, porque estamos face a questões sérias, que dentro de pouco tempo, muitas das nossas escolas, a começar pelas primárias, têm de começar a ser adaptadas a lares porque de facto, nós cada vez vamos tendo menos crianças e cada vez temos mais procura a nível de uma população mais idosa. Mas de facto, esse realocar de procura e da oferta, neste caso da prestação de serviços ao nível da educação, vai ser absolutamente fundamental, nomeadamente ao nível da aposta que estamos a tentar fazer no ensino técnico e profissional, o que obrigará a outro tipo de necessidades e recursos, até alguns físicos, necessitando toda esta realidade de ser enquadrada assim como, já numa perspetiva mais alargada, englobando o próprio ensino universitário no Concelho e aproveitando esse ensino universitário, obviamente, dentro de uma linha de desenvolvimento estratégico do próprio Concelho. Estas serão matérias que acompanharemos ao longo deste ano, mas também acompanharemos outras áreas associadas, nomeadamente na componente social que, para nós, é de primeiríssima prioridade, acompanharemos alguns casos que, enfim, não tendo o impacto dos que falámos, mais estruturantes, mas que ainda assim nós devemos mante-los vivos. Há a necessidade ou pelo menos há o aconselhamento de haver um cartão de cidadão aluno que faça o acompanhamento do cidadão jovem. Nós temos um bom exemplo, até por iniciativa de professores, a nível da central de matrículas que é uma belíssima iniciativa que nasceu aqui no

concelho e que tem dado excelentes resultados. Temos obviamente, o sistema de gestão de refeições, que já anteriormente falámos e não está a funcionar, ainda, como nós gostaríamos que estivesse, porque não está ainda aplicado a todo o universo das escolas e portanto vamos ter de fazer esse esforço, que está muito dependente de componentes informáticas, a nível de hardware e software, e procurar evoluir para um cartão de cidadão-aluno que faça ao fim e ao cabo todo o acompanhamento do aluno cidadão e lhe facilite, também para os pais, o acesso e o controle aos serviços. Temos pois que continuar a investir, até pela questão da natalidade, na qualificação dos “ativos” que cá temos. Até porque, e isso é mérito de toda a comunidade, e muito especialmente da comunidade escolar, somos o Concelho com maior percentagem de alunos que conclui o ensino secundário, o que não significa que não continuemos atentos aos cerca de 18% que ainda não o terminam. Por último, relativamente à componente social, nós não tenhamos dúvidas que, cada vez mais, teremos que responsabilizar e encontrar soluções para quem precisa. Responsabilizar, como se disse ainda há pouco, os pais que avisam ou que não avisam, os pais que ficam preocupados se o filho vai ou não almoçar ou que não fica na escola, de uma forma geral vamos tendo essa noção, que é absolutamente fundamental desenvolver políticas de família, para não deixar que as famílias se desestremem, da forma como muitas das vezes se apresentam desestruturadas e, na maior parte dos casos, não tem a ver com questões económicas, quer dizer, não é necessariamente a questão económica que faz aqui a diferença e portanto, essa responsabilização tem de cada vez ser mais exercida pela comunidade em geral, obviamente, sem querer aliviar as responsabilidades políticas que nos cabem, mas é uma responsabilidade que tem de ser alargada a toda a comunidade para combater o desperdício de recursos, que cada vez são mais escassos, e que impede que cheguemos aqueles que, necessariamente e efetivamente, precisam o que nos remete para a questão, sempre difícil, de definir as fronteiras entre quem precisa e quem não precisa, até porque, muitas das vezes embora assentes em paradigmas que tem de ser transparentes e objetivos, nem todos são garante de justiça. Portanto, havendo sempre especificidades a que temos de estar atentos, é necessário começar a selecionar quem, de facto, precisa para podermos chegar a todos aqueles que precisam porque, senão, começaremos a ter estratos da sociedade a que não conseguimos chegar. Felizmente, hoje em dia, temos conseguido chegar a tudo, até porque pela intensidade das dificuldades que se sentiram, foi mais importante alcançar todo a população, mesmo tendo consciência que alguma percentagem estava a abusar, garantindo que ninguém ficava sem comer ou sem apoios para encontrar os prevaricadores. Entretanto, organizamos a estrutura da Câmara, não só na área da educação, mas em todas as áreas da sua atuação, para trabalhar em rede, algo que quem conhecesse a Câmara há alguns anos atrás veria como muito difícil, neste momento, felizmente, já começa a existir um grande entrosamento, mesmo do ponto de vista político, estamos organizados por áreas, a

área a que chamamos Pessoas, na qual o vereador Frederico Almeida tem um conjunto de responsabilidades, que integra as componentes de educação, desporto, social e habitação, no fundo, tudo aquilo que fazemos direcionado para as pessoas de cá, os munícipes, os residentes, a área do Território, a área do Presente e a área do Futuro. O Dr. Miguel Arrobas, aqui presente, enquanto diretor municipal na área das Pessoas, articula com os outros colegas diretores garantindo o necessário entrosamento sempre que existem oportunidades nas diferentes áreas.

Pediu a palavra o conselheiro José Batalha para referir que, no que respeita ao pagamento das refeições escolares, existem alterações relativamente ao passado dado que, no início, era feito presencialmente, na escola, em dias e horas determinados, depois, foi implementado o pagamento por Multibanco que apenas permite a marcação de 20 refeições por dia, tendo de, para marcar 60 refeições, se deslocar ao banco, em dias subsequentes. Referiu ainda que, em dada altura, tendo comprado 60 refeições, nunca mais me lembrou das refeições e nunca recebeu qualquer “sms” a dizer que tinha refeições em dívida. Nem “sms”, nem “email”, nem telefonema, em Agosto, tendo-se lembrado, telefonou para a Câmara, recebeu um número, teve que ir três vezes em três dias consecutivos ao multibanco para pagar as refeições que tinha em dívida. Continuou alertando para a possibilidade de colegas seus, não se tendo lembrado, nunca terem pago as refeições à câmara que poderá estar “a arder”, se calhar, com milhares de euros de refeições não pagas porque o sistema não é prático. Outra questão, respeitante ainda às refeições, é que, a refeição escolar, compreende apenas o almoço mas, infelizmente, cada vez mais crianças vão para a escola sem sequer tomar o pequeno-almoço pelo que devemos estar alertados e procurar junto dos agrupamentos fazer um acompanhamento dessa situação. Reforçou que esta chamada de atenção se deve a ter ficado traumatizado, sendo algo de que não se esquecerá, que é ter havido uma criança, na Ibn Mucana, que desmaiou em sala de aula com fome, o que é inaceitável. Na Ibn Mucana isso não volta a acontecer porque os pais, lançaram um movimento que já deu origem, inclusivamente, à criação de uma IPSS, para garantir que nós temos condições para pagar os pequenos-almoços e os lanches e os almoços que não forem subsidiados às crianças que a escola referencia. No fim do ano letivo passado estavam a pagar refeições a sessenta crianças o que, continuou, é um número já significativo. No entanto, o que mais o preocupa é que, nem todos os agrupamentos, nem todas as escolas, têm esta dinâmica e pode acontecer haver crianças e isto, o desmaio da criança, aconteceu numa segunda-feira, portanto, ela esteve o fim de semana todo em casa praticamente sem comer, chegou à escola às 8 da manhã, segunda-feira, teve ginástica e, a seguir, caiu para o lado. Portanto, devemos manter-nos alerta, pode acontecer crianças que chegam à escola logo de manhã com fome e, nas escolas do primeiro ciclo, se calhar, isso até é relativamente fácil de resolver, até porque, geralmente, não há sempre porque as

crianças não consomem o pão nas refeições, muitos dos fornecedores já nem levam para a escola o número de pães que contratualmente deveriam levar porque sabem que as crianças não comem o pão. Portanto, com um bocadinho de boa vontade será possível organizar e dar resposta. Outra questão relacionada com o voluntariado e o combate ao insucesso escolar, a que deveremos estar atentos, é a programas, nomeadamente um da Câmara de Matosinhos, que com a colaboração voluntária de professores que já estão reformados está a criar centros de acompanhamento para alunos com dificuldades. Até porque, continuou, o insucesso ainda é muito alto, nomeadamente a disciplinas como a matemática, e é crítico, porque o que se verifica é que as taxas de retenção, do 5º ano ao 9º ano, são sempre crescentes. Na Ibn Mucana começamos no 5º ano com uma taxa de retenção de 19% e quando chegamos ao 9º ano temos 56%, mais de metade dos alunos no 9º ano chumbam a matemática o que é dramático, não é? Portanto valia também a pena aqui, procurar juntar boas vontades, nós sabemos que dinheiro é coisa que não há, por isso é que a gente paga os sessenta pequenos-almoços, mas às vezes não é preciso dinheiro, é preciso boa vontade, é preciso procurar juntar as pessoas. Por último, relativamente ao transporte, nomeadamente a nova concessão ferroviária, o que nós vimos na imprensa é que parece que o que está em perspectiva é diminuir o número de comboios e deixar de haver aqueles comboios rápidos ou semirrápidos portanto parece que a linha de cascais, estou a referir-me a uma notícia que vi, salvo erro no expresso, é para baixar ainda a oferta de serviços aos munícipes que já não é grande coisa, portanto convinha estarmos atentos a essas coisas.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara esclarecendo que nem sempre se confirmam as notícias veiculadas na comunicação social, sendo que, no caso presente, se tratará de uma notícia completamente extemporânea porque, ao contrário do que gostaria, ainda não chegou a fase de discutir os níveis de prestação do serviço, isso seria extraordinário porque, já teríamos percorrido todo o caminho que teremos obrigatoriamente de fazer até aí chegar, portanto, reforçou, trata-se de especulação, mas como, ainda há dias, um canal de televisão, por acaso do mesmo grupo, lhe pedia na sexta-feira anterior que comentasse os acontecimentos de domingo à noite, percebe-se que há uma capacidade criativa grande em relação a essas matérias. Agora, há é obviamente alguns interesses de ordem política, sindical, ou outros que levam a questionar o próprio conceito da concessão. O que nós sabemos é que de outra maneira corremos o risco de ficar sem linha porque neste momento, por já não se fabricarem, estão a ser canibalizadas carruagens para dar peças para outras. Em relação à questão do pagamento do cartão, continuou, numa perspectiva otimista, a noção que nós temos é que há ainda um grande potencial de crescimento, ou seja, estamos ainda muito longe de atingir os níveis de eficácia que pretendemos alcançar, a começar por aqueles que nem sequer, ainda, podem ir carregar o cartão ao

multibanco e por outro lado também, aquilo que referiu, no seu caso teve essa preocupação, enfim, foi um cidadão cumpridor e preocupado mas, alguns, ou porque não podem ser preocupados ou porque não querem mesmo ser preocupados, imagino que haja aí um défice entre as refeições pagas e as refeições consumidas. Quanto á questão que coloca de redução do desperdício e do aproveitamento das sinergias para, com menores custos, aumentar a qualidade das respostas sociais e até o rendimento escolar, a nossa perspetiva é a da escola enquanto polo da própria comunidade e, nesse sentido, contamos com elas na colaboração em programas de desperdício zero que possam resultar na canalização, por exemplo, das refeições poupadas para quem precise o que funcionará tanto melhor quanto maior for a proximidade aumentando a eficácia no contato, na identificação dos problemas e na assistência. No que respeita aos resultados escolares, nós, de facto, estamos com taxas bastante elevadas, como eu disse há pouco, com cerca de 82%, somos o concelho com a maior taxa de conclusão do ensino secundário, claro que podemos melhorar ainda a qualidade dos resultados que, em minha opinião, acontecem por via do excelente profissionalismo que existe de uma forma global nos nossos agrupamentos e portanto, devem-se aos professores e ao pessoal não docente, que de facto, com o seu empenho conseguem ultrapassar muitos obstáculos. É certo que melhorámos bastante a interação das nossas escolas com a comunidade, nomeadamente, locais sem capacidade para fazer jardins, onde os pais tinham de brincar com as crianças na rua e a escola estava fechada à noite e ao fim de semana, com espaços amplos que podiam ser frequentados pela comunidade, passaram a poder contar com essas instalações e equipamentos, abrindo também oportunidades a que a própria comunidade possa acompanhar e colaborar com as escolas, nomeadamente nessa vertente de apoio no estudo. É uma área em que eu acredito que, até no âmbito da transferência de competências, pensada de uma forma mais global também nos dará outra flexibilidade para podermos aumentar a própria prestação de serviços.

Pedi a palavra o conselheiro Enoque Ferreira para referir que o bom exemplo da Ibn Mucana deveria ser reproduzido, predispondo-se a incentivar as instituições de ensino privado a colaborarem com esta IPSS e a criarem IPSS noutras escolas já que, conforme foi apresentado, pelo Dr. Pedro Lara, no conselho municipal anterior, existe uma grande taxa de crianças no Concelho que precisam de apoio social escolar, nomeadamente no agrupamento de Alvide e noutras escolas com percentagens a rondar os 70%, porque não a Câmara através, agora de um serviço que pode vir a ter transportes tentar rentabilizar e recolher, junto das escolas que não estejam já integradas noutros programas com as mesmas preocupações, materiais que possam ser reciclados ou reutilizados. Eu falo pela minha escola que é uma escola pequenina mas irei tentar promover junto dos nossos parceiros privados, porque acho que são

iniciativas louváveis que não passam pelo investimento de muito dinheiro e todas as escolas têm desperdício de papel e de outras coisas boas.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara reforçando que poderão contar com todo o apoio da câmara municipal dado que, como tem referido noutras circunstâncias, neste momento temos de pôr em causa o que são as próprias regras matemáticas, isto é, um mais um não pode ser igual a dois, ou seja, o resultado final das nossas ações tem de ser muito superior à soma das partes. Isso por um lado, por outro, ao contrário do que nós aprendemos desde pequeninos, que o segredo é a alma do negócio, devemos partilhar e cruzar experiências e há vezes nem é do que fizemos bem, porque isso é mais fácil de fazer, é do que fizemos mal, o que, também desde pequeninos, somos educados a esconder. E às vezes, se contarmos a alguém o que é que fizemos mal e que nos arrependemos de ter feito, poderemos evitar que se cometam de novo os mesmos erros e ganhar tempo para as melhores soluções, é para isso que servem também os conselhos municipais de educação. Como servem outros modelos que temos vindo a desenvolver e que nos têm permitido manter, na área social, por exemplo, um nível de coesão muitíssimo forte dentro do Concelho reforçando e contando sempre com a colaboração e a partilha de experiências entre pessoas e instituições. A experiência da Ibn Mucana tem a particularidade de resultar da união de esforços de um conjunto de pessoas, com uma disponibilidade, um interesse e uma militância difícil de encontrar noutro lado. É uma iniciativa que conta com o nosso apoio mas deveremos ter o cuidado de não criar pressão junto de outros agrupamentos para a sua reprodução porque poderão as condições particulares de cada comunidade local justificar outros tipos de intervenção, que até têm acontecido, também com excelentes resultados. Pensemos por exemplo, no caso da Escola Matilde Rosa Araújo com a qual estamos a desenvolver um curso de mecânica de automóveis de grande qualidade, o problema é que nós pretendemos que os jovens façam o percurso até ao 12º ano, no entanto, dado o sucesso do curso, os jovens têm procura no mercado de trabalho assim que terminam o 9º ano e portanto fica muito difícil convencê-los e à própria família, porque é a primeira a querer que ele deixe de estudar para aproveitar o emprego, a continuar os estudos, terminando o curso profissional e o 12º ano, que lhe garantirá muito mais condições. É por isso que, pela nossa parte mantemos um permanente contato tanto com os agrupamentos como com os pais através das suas associações e da própria federação partilhando experiências e procurando encontrar as soluções que melhor se adequem a cada situação em concreto.

Pediu a palavra a conselheira Elsa Pinto Sousa para propor uma alteração ao número 2) da cláusula décima do Plano de Ação Social e Transporte Escolar alargando o prazo de envio dos pedidos de admissão, pelos agrupamentos, para os serviços municipais

até ao dia 31 de julho dado que as escolas têm muita dificuldade em completar os processos de matrícula até 30 de junho.

O Sr. Presidente da Câmara concordou com as razões apontadas para a alteração sem prejuízo de uma verificação técnica da sua viabilidade.

Pedi a palavra o conselheiro José Loureiro para subscrever a proposta de alteração de data para 31 de julho e para assinalar, na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, a propósito dos baixos índices de natalidade, que o agrupamento de que é diretor, o agrupamento de escolas de S. João do Estoril, foi uma das primeiras vítimas dos índices de natalidade baixos, tendo em conta que uma das suas escolas fechou este ano. Aproveitou a oportunidade para congratular a Câmara Municipal de Cascais, realçando a forma extremamente profissional com que tudo foi feito posto que, relativamente a esta questão, é muito fácil todos dizermos mal de tudo e de todos e às vezes é muito difícil dizermos bem, é, aliás, habitual vermos na televisão, quando se fecha ou pretende fechar uma escola um conjunto de manifestações o que, no nosso caso, não aconteceu. Portanto, continuou, quero dar os parabéns ao senhor vereador que acompanhou o processo desde o seu início e a todo o seu staff e, como é óbvio, ao Sr. Presidente. Falou-se também, Há pouco, numa coisa que me agradou, a questão do ensino profissional no concelho, porque, a este nível precisamos dar o salto, precisamos de desenvolver um trabalho mais articulado, algo que ainda está a meio, é preciso continuar e a intenção do Sr. Presidente, parece-me que é essa e congratulo-o também por isso. Por outro lado, a questão da central de matrículas que tem a sua génese no concelho de cascais, e ainda bem, nós somos pioneiros, já há outros que vêm atrás de nós e portanto isso quer dizer que estamos na dianteira e como estamos na dianteira vamos fazendo coisas melhores, mais e melhores. Finalmente o Sr. Presidente passou também, assim muito ao de leve, na questão da ALEF, na questão da administração local de educação, levantou mais uma pontinha do véu, nós que estamos no terreno todos os dias a trabalhar nestas coisas, estamos sempre à espera de qualquer coisa até para nos prepararmos e trabalharmos nessas coisas. Eu acompanhei o processo desde o seu início, estive em todas as reuniões que se realizaram, criei algumas expetativas e agora ficou um certo amargo de boca, digamos assim, penso que era importante e com isto remato, que o ministério da educação diga mais qualquer coisa, que se faça mais qualquer coisa para sairmos um bocadinho deste marasmo em que, aparentemente, ficámos.

Tomou a palavra o Sr. Presidente que esclareceu que, em relação à ALEF, a Câmara atuou junto do ministério da educação pressionando para que nos respondesse, dado que acreditamos que, o que fizemos, fizemo-lo bem, fizemos com as pessoas indicadas, uma equipa que é reconhecida como uma boa equipa. O Ministério, por seu lado, após muita pressão, só nos enviou resposta em final de junho, altura em que

solicitamos parecer aos serviços, parecer esse que nos foi enviado, pelo Vereador Frederico Almeida há poucos dias. No entanto, as indicações que estão dadas, são para partilhar com quem tem estado envolvido connosco na ALEF. Porque não acreditamos que este processo possa vingar, como disse há pouco, se não for com o envolvimento de todos, consideramos o envolvimento um fator crítico de sucesso como forma de mitigar o receio pelo desconhecido e evitar o aparecimento da desconfiança. Portanto, nós vamos devolver a todos a proposta do Ministério da Educação conjuntamente com a nossa leitura, pedindo opinião. O que posso desde já salientar é que, a proposta do Ministério da Educação, vai para lá do que é habitual, na administração central, quando se trata de descentralizar. De tal forma que nos levanta algumas dúvidas em termos de identificação de responsabilidades e orçamentos. Sendo que, na componente dos orçamentos, existem duas questões que nos preocupam particularmente, uma é a margem de erro relativamente a alguma coisa que venha a funcionar mal neste processo, isto porque, na área da educação, como na da saúde, que é outra área em que estamos dispostos a assumir competências no âmbito da descentralização é muito difícil acomodar os erros, ainda que nos possam parecer pequeninos, no nosso orçamento municipal. Não se trata, sequer, de assumir, por parte do município uma redução global das despesas, isto é, fazer por “90” o que agora se faz por “100”, porque foi isso que desde o início, em conjunto com a nossa comunidade educativa, nos propusemos, o problema é se os custos vão para além do que prevemos poupar com o aumento de eficiência tornando-se incontroláveis para o orçamento municipal e colocando em risco todo um conjunto de outras políticas. A outra questão prende-se com o imperativo de reduzir pessoal, o que para nós não seria problema dado que o temos vindo a fazer, cumprindo as quotas de redução, com muito mais eficácia do que a administração central e temos consciência de que há pessoal a mais para aquilo que nós podemos pagar com os nossos impostos. O problema é que nos pedem para fazer o que o estado central não foi capaz de fazer e depois nos propõem a divisão da poupança a meias. Nós não queremos dividir dinheiro por reduzir pessoal, acreditamos que a formulação seja relativamente fácil de aplicar, mas não pretendemos correr o risco de submeter á beleza de uma fórmula matemática a qualidade do nosso ensino. No entanto, reforçou, vamos distribuir aos agrupamentos, que estiveram envolvidos connosco na formação da primeira proposta, o que o ministério nos enviou acompanhado do nosso parecer dos serviços que será mais uma contribuição para a discussão. Em relação a Atibá, continuou o Sr. Presidente, conforme referiu, de facto foi uma preocupação e isso também eu gosto sempre de referir, nós temos também o privilégio, na Câmara Municipal de Cascais, de ter excelentíssimos profissionais, ou seja, temos de facto pessoas muito competentes, disponíveis e interessadas o que facilita o envolvimento e a explicação às pessoas que o que estamos a propor é para melhor, não é para pior e é, dadas as circunstâncias de falta de alunos. Mas, neste caso em particular, ainda me tocou mais porque as

instalações, nem sequer são instalações que estejam, digamos, no nível mais baixo da média de qualidade que temos no Concelho. Portanto, até são instalações com qualidade. Não tenhamos dúvidas, no entanto, que o fenómeno vai afetar também as escolas secundárias e as universidades, como lhes disse, teremos de pensar em transformar escolas primárias em lares para idosos. No caso de Atibá, será transformada, muito provavelmente num equipamento para população também fragilizada que, neste caso, serão os cidadãos com deficiências porque, estamos a ter um problema gravíssimo que também não existia há uns anos atrás, muitos dos nossos deficientes, sem autonomia, estão a ficar sem os pais que entretanto estão a morrer, e não têm quem fique com eles.

Pedi a palavra o Sr. Vereador Frederico Almeida para informar que validou, entretanto, com a equipa da educação presente no conselho municipal a possibilidade de alterar a data das candidaturas para o dia 31 de Julho, portanto, não há constrangimentos em alterar, na página 19, o nº 2 da cláusula 10ª que passará para 31 de julho em vez de 30 de junho. Uma segunda nota, até um bocadinho para sossegar, relativamente ao pagamento das refeições, a câmara, através da divisão de educação, faz esse acompanhamento muito pormenorizado e com o máximo de rigor possível, não quer dizer que às vezes não possa haver aqui ou ali algum lapso ou alguma falha, sabemos isso por experiência própria porque já assinei dezenas, para não dizer centenas de cartas que são enviadas aos encarregados de educação por não pagamento das refeições escolares, seja porque se esqueceram, seja por outro motivo, no caso em questão, houve uma falha nossa que não enviámos a carta mas fazemo-lo regularmente. Relativamente à questão que apresentada, dos vinte dias, correspondem a procedimentos anteriores que estamos a rever, curiosamente esta semana numa reflexão interna a questão também foi colocada, o sistema está parametrizado para cinco e para vinte, o cinco corresponde a uma semana e vinte a um mês, obviamente que, pensamos que não faz sentido impedirmos um encarregado de educação de carregar outros valores pelo que estamos a avaliar as compatibilidades a nível do sistema informático e financeiro para proceder a essas. Por último, deixar aqui uma nota, também, porque é justo, de agradecimento, á Associação de Pais da Ibn Mucana, que realmente é uma Associação de Pais e uma comunidade muito ativa e, portanto, quero deixar aqui essa nota de agradecimento, corroborando as palavras do Sr. Presidente, por todo o empenho e pela colaboração que, no dia-a-dia, sempre têm demonstrado. É justo também reforçar que nós, felizmente, temos a sorte de ter no concelho, várias associações de pais muito proactivas, por exemplo, no caso da Frei Gonçalo de Azevedo, em São domingos de Rana, a Associação conseguiu através de uma sua candidatura a um projeto, angariar, aproximadamente 60 mil euros, mais coisa menos coisa, para que fossem aplicados num projeto da área das ciências, da experimentação, constituindo mais um exemplo, entre outros, do empenho das nossas

associações, com as quais contamos e, obviamente, queremos continuar a disponibilizar toda a nossa colaboração e o nosso apoio. Por último, como o Sr. Presidente já referiu, vamos iniciar, brevemente, o trabalho na nova carta educativa que será um instrumento fundamental para nos fornecer as orientações em termos daquilo que será necessário, a vários níveis, nomeadamente em termos de infraestruturas. A este propósito, quero reforçar e partilhar com o conselho que este ano tivemos de tomar a decisão de encerrar dois equipamentos escolares, um deles, já referido pelo professor José Loureiro, a quem aproveito para agradecer a colaboração incedível que tanto ele como a comunidade educativa do seu agrupamento nos prestaram, por ausência de alunos inscritos que permitissem a constituição de novas turmas, o outro, o jardim-de-infância de Birre por não possuir as condições adequadas para o funcionamento, existindo na proximidade a escola Branquinho da Fonseca, com ótimas condições e salas disponíveis capazes de, com algumas intervenções, que fizemos, acolher, com melhor qualidade, tanto de conforto como pedagógicas, as crianças. Houve pois que tomar estas duas decisões relativas à rede escolar do concelho. De referir ainda, sem entrar em pormenores, que aproveitámos este período para fazer várias obras e várias melhorias nas escolas de primeiro ciclo e pré-escolar, que são aquelas em que temos competência direta, nomeadamente nos casos das escolas de Sassoeiros-Arneiro, da Malveira da Serra, da Parede nº 2, uma parte no âmbito do Orçamento Participativo e da Branquinho da Fonseca na Torre, para dar alguns exemplos. Uma nota ainda para reforçar que partilho completamente daquilo que foi referido há pouco relativamente ao ensino profissional, do qual possuímos, no nosso concelho, excelentes exemplos nos diversos agrupamentos e escolas, já foi referida a boa parceria, na Matilde Rosa Araújo, com a ATEC que é a escola de formação da Auto Europa, com a qual temos estado a reunir, estudando um possível alargamento à Escola Básica e Secundária de Alvide, que neste momento está completamente em subocupação, tem cerca de metade dos alunos que já teve há dez ou quinze anos e dispõe de um conjunto de condições instaladas que podem ser aproveitadas com recurso a um menor investimento, como outros que à medida que houver evolução pretendemos, obviamente, partilhar aqui. Para terminar gostaria de fazer uma referência à semana da educação que decorrerá entre 18 e 25 de outubro, e contará, no dia 25 de outubro, com um congresso da CONFAP, a Confederação Nacional das Associações de Pais que nos dará a honra de realizar o seu congresso aqui no Concelho de Cascais, para a qual estamos a trabalhar, na elaboração da agenda, e aproveitamos aqui para vos convidar, desde já, a participar, mas também a apresentar alguma sugestão para o respetivo programa.

O Sr. Presidente da Câmara colocou o Plano de Ação Social e Transporte Escolar a votação com a alteração entretanto proposta. O plano foi aprovado por unanimidade.

Ponto 3. O Sr. Presidente da Câmara passou a palavra ao Dr. João Bento Vitorino para proceder à apresentação dos elementos da rede educativa do concelho relativos ao ano letivo 2014/2015. A apresentação foi complementada com informações relativas ao programa escola por inteiro prestadas pela Dr.ª Sofia Rodrigues.

Terminada a exposição, o Sr. Presidente passou a palavra à Dr.ª Aurora Valois, e ao Dr. Enoque Ferreira, representantes dos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário privados, que procederam em conjunto à apresentação sobre os contributos do setor do ensino privado para a educação no concelho de Cascais, o seu papel social e as expectativas de colaboração no âmbito do conselho municipal de educação.

No final da apresentação, o Sr. Presidente da Câmara agradeceu referindo que o ensino privado em Cascais tem características atípicas em relação ao resto do país dado que representa quase 50% dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino no concelho. Referiu ainda que tendo uma perspetiva de defesa da escola pública está reconhecido, apoiante e colaborante com todas as ofertas do ensino privado, até porque, quase sempre têm uma componente social muito apurada, constituindo um fator de reforço da coesão social no concelho. Consideramos da maior importância o estabelecimento de interligações e cada vez mais relações entre o ensino público e privado com a Câmara também envolvida com as várias instituições e com os vários parceiros. É muito importante para nós e para a sociedade que se ultrapassem alguns dogmas que depois se tornam em estigmas por parte de algumas franjas da sociedade, não há dúvidas nenhuma que temos de assegurar o ensino público, mas será uma pura estupidez se desvalorizarmos a importância do ensino privado, mais ainda se considerarmos as características do nosso concelho.

O Sr. Presidente da Câmara passou a palavra ao Dr. José Sancho Silva que em substituição do Dr. Raul das Roucas Filipe, representante das instituições do ensino superior público, procedeu à apresentação sobre a oferta formativa e dados relativos aos alunos da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

O Sr. Presidente da Câmara passou a palavra ao Dr. António Duarte Amaro, representante das instituições do ensino superior privado, que apresentou ao conselho municipal elementos sobre a oferta formativa e dados relativos aos alunos da Escola Superior de Saúde de Alcoitão.

Terminadas as apresentações, o Sr. Presidente da Câmara agradeceu assinalando que, em relação a duas instituições de ensino superior que temos no concelho, quer a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril quer a Escola Superior de Saúde do Alcoitão, de facto estamos a falar e é bom que se tenha nota disso, do melhor que há

no nosso país e com uma capacidade de grande afirmação também em termos internacionais. Representam duas áreas motoras daquilo que possa ser a nossa economia local. Turismo, essa é muito evidente, a Escola Superior de Saúde do Alcoitão, penso que cada vez vai sendo mais evidente, nomeadamente até com a aposta que estamos a fazer neste momento a nível da saúde e a nível da componente de turismo de saúde com o envolvimento também de uma outra instituição que está ligada à escola Superior de Saúde de Alcoitão e obviamente à Santa Casa da Misericórdia que é o Hospital Ortopédico de Sant'Ana. Portanto, começamos a ter aqui de facto, excelência e massa crítica, o que é para nós, absolutamente fundamental nestas duas áreas que em muitos aspetos têm pontos de contacto e pontos comuns muito fortes. Por isso, para nós, é um privilégio, que queremos alargar a outras entidades, a outras instituições de ensino superior, que também estejam focadas nas áreas que para nós são estratégicas como é o caso da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Para se ter uma noção, quando estamos a falar de ensino superior da qualidade destes três, estamos a falar de efeitos, não só a nível dos fluxos de pessoas mas, da procura de habitação, da regeneração urbana enfim, muitas das vezes não basta apenas cingirmo-nos ao que é obvio, o que, no caso das duas escolas superiores aqui apresentadas, já seria muitíssimo importante.

Pediu a palavra o conselheiro José Batalha para agradecer a atividade do banco alimentar que a Boa Nova promove e que a Prof^a Aurora Valois, na sua intervenção, referiu que está, neste momento, a apoiar cerca de 500 pessoas. Produz obviamente muito cartão que faz o favor de dar à Iln Mucana e são um grande parceiro da nossa campanha permanente, papel por alimentos, que nos permitiu, já este ano, recolher 46 880 Kg e todos os dias continuamos a receber papel e a recolher papel.

Pediu a palavra a conselheira Manuela Tinoco, para informar, a pedido do diretor do centro de formação de Alcoitão que a semana aberta a todos os alunos do centro de formação e reabilitação profissional de Alcoitão decorrerá de 11 a 14 de Novembro convidando os conselheiros e os alunos interessados a aproveitarem para conhecer o centro de Alcoitão

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi dada por encerrada, tendo sido dela lavrada a presente que vai ser assinada pelos membros presentes e por mim, Manuel Francisco Freire Galego, que secretariei.